

## RESENHA

SAQUET, Marcos Aurélio. **SABER POPULAR, PRÁXIS TERRITORIAL E CONTRA-HEGEMONIA**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 144 P.

**Emerson Ferreira da Silva**

Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável – Uniãoeste - Marechal Cândido Rondon - PR  
Professor do Instituto Federal do Paraná - IFPR- Goioerê - PR  
emerson.ferreira@ifpr.edu.br

O Professor Dr. Marcos Aurélio Saquet tem uma consolidada carreira acadêmica, onde desenvolve estudos marcados pelo comprometimento com a transformação social. Saquet é doutor em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente e fez doutorado sanduíche na Università Ca Foscari di Venezia e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Torino - Itália. Foi professor visitante e membro de grupos de pesquisa em várias instituições na América Latina e Europa. Também desenvolve pesquisas na região Sudoeste do Paraná voltadas para a construção da autonomia dos atores sociais frente à opressão do sistema econômico hegemônico. São essas experiências que fazem com que a obra “Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia” seja um trabalho que consegue inserir-se em grandes debates, como colonização e o papel da ciência, ao mesmo tempo em que apresenta resultados concretos de pesquisa e ação com o povo, no campo e na cidade. A obra é uma leitura obrigatória para todos e todas que desejam fazer uma ciência a serviço da transformação social.

O livro convida para uma reflexão sobre a possibilidade de construção de uma nova forma de desenvolvimento rural e urbano, que rompa com o processo de subordinação imposto pelo pensamento eurocêntrico.

As reflexões feitas ao longo da obra são amparadas na experiência de um pesquisador que não se restringe ao trabalho de gabinete, mas que se coloca ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, na modalidade da pesquisa participante, com base de uma metodologia qualitativa, pois consciente dos efeitos nocivos do poder do capital e do Estado burguês, insere-se nos movimentos sociais em uma luta contra-hegemônica a favor dos mais humildes.

Teoricamente, a obra é amparada pela metodologia participativa de Fals Borda, tendo como objetivo não apenas estudar a realidade, mas também atuar no sentido de

transformá-la. O autor, no entanto, mantém a abordagem territorial, tema no qual ele é referência, amparado nos trabalhos de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis.

No primeiro capítulo, intitulada “Formação histórica, dependente e exploradora da América Latina”, Saquet faz um resgate histórico dos caminhos da América Latina, da sua condição de explorada no período colonial até a atual subordinação sob os efeitos nefastos do neoliberalismo.

O autor denuncia as barbáries do capitalismo para a América Latina, com destaque para a agricultura, onde a acumulação de capital suplanta o bem estar das pessoas, como no caso da produção dos agrocombustíveis. Colabora para este processo, o sistema financeiro, que estende seus tentáculos também para a agricultura, fazendo com que esta fique subordinada à oscilação dos juros e à especulação. Esse quadro tem provocado concentração de riquezas e exclusão de muitos sujeitos, sobretudo os que vivem fora da Europa.

Saquet conclui o capítulo conclamando para uma abordagem metodológica que não seja presa ao “capitalismo eurocentrado e colonial”, mas que aponte para a autonomia dos sujeitos. A superação da subordinação passa pela tomada de consciência e participação popular em redes de luta contra os males do capitalismo explorador.

O segundo capítulo destaca a construção de saídas para toda a situação denunciada no capítulo anterior. O autor intitula o capítulo em forma de pergunta: “É possível construir um paradigma latino-americano contra-hegemônico a partir dos pensamentos indo-americano e africano?”, provocando o leitor a refletir sobre alternativas para a conjuntura de subordinação descrita acima.

Saquet demonstra confiança no fato de que a construção de alternativas contra-hegemônicas passa pela valorização de outras formas de pensar, distintas do modo europeu, pois há muito para ser aproveitado no pensamento indígena e afrodescendente, por exemplo. Esse “pensamento outro” pode gerar “uma práxis também outra”.

É preciso valorizar também o conhecimento popular, construído pelo povo para responder suas necessidades específicas. Nesse sentido, o território-lugar assume uma posição importante no debate de construção de um conhecimento contra-hegemônico.

O terceiro capítulo, que tem como título “as territorialidades e temporalidades como reciprocidade e práxis popular”, destaca a importância da cooperação e da reciprocidade na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Destaca também a importância de construir uma “liberdade universal” que conduza à autonomia em todos os sentidos, da econômica a cultural.

Para tanto, as noções de territorialidade e temporalidade configuram-se como elementos oportunos para o desenvolvimento de estudos dirigidos para a emancipação social popular.

O capítulo é ancorado na ideia de ação como um processo construído a partir da emancipação dos sujeitos do pensamento da modernidade que se volta para o Norte e não enxerga as possibilidades existentes no Sul. Nesse sentido, Saquet aponta para a necessidade de construir meios de desenvolvimento voltados para as comunidades locais.

Já no capítulo quatro, “Aprendizados camponês agroecológico, artesanal e urbano numa temporalidade lenta”, o autor apresenta o resultado de décadas de trabalho na região Sudoeste do Paraná, onde foram desenvolvidas uma série de pesquisas e ações junto aos movimentos sociais e com comunidade em geral, com o objetivo de contribuir para promover a melhora da vida, sobretudo, da população mais vulnerável.

Os projetos relatados são:

1. Práticas camponesas agroecológicas.
2. Projeto Vida na roça- PVR.
3. Projeto Vida no Bairro- PVB.
4. Projeto de pesquisa e cooperação com camponeses agroecológicos.

Este é um capítulo central no livro, pois apresenta a praxis do trabalho de pesquisa ação. Mostra a realidade da construção de alternativas contra-hegemônicas ancoradas em um saber participativo e resistente ao modelo social e econômico dominante.

O capítulo, ao apontar alternativas de resistência ao “movimento hegemônico do capital”, mostra ações de enfrentamento aos obstáculos impostos por esta conjuntura que dificulta a construção da autonomia dos sujeitos. Dentre essas ações, destaca-se o trabalho desenvolvido pelas ONGs CAPA-Verê e ASSESOAR bem como as redes curtas de comercialização e as parcerias entre a comunidade e a universidade.

O autor, no entanto, não omite os obstáculos enfrentados, sobretudo pelas dificuldades em lidar instituições públicas municipais, onde as lideranças nem sempre têm a compreensão da importância de valorizar experiências contra-hegemônicas de desenvolvimento.

No quinto e último capítulo, o autor o inicia fazendo uma crítica ao modelo de ciência que despreza todas as outras formas de conhecimento e traz saberes prontos, sendo que muitas fundamentações teóricas já trazem respostas antes mesmo da coleta de dados empíricos.

Dessa forma, a ciência não é apenas uma forma de conhecimento, mas sobretudo uma forma de sujeição, tendo servido ao longo dos anos para universalizar a condição de dominação e silenciar os dominados.

Saquet faz uma crítica ao pensamento único, classificando-o como uma “aberração científica”, pois não deixa espaço para a diversidade e a criatividade. É esse tipo de pensamento que escreve a história, uma história onde os derrotados são silenciados.

Entretanto, o autor também aponta caminhos para a construção de uma ciência autônoma e emancipadora. Amparado em Fals Borda, Saquet defende a existência de um conhecimento que emerge de “fora dos canais institucionais, formais, governamentais e acadêmicos”. Esse conhecimento “subversivo” reúne diversos saberes que juntos contribuem para explicar “os tempos e os territórios, os lugares e os sujeitos, as paisagens e as regiões”.

Assim, é necessário valorizar as metodologias participativas e dialógicas e, portanto, interdisciplinares e democráticas para desta forma, construir uma ciência para e com o povo. Isso não significa que se deve abandonar todo conhecimento europeu, mas sim promover um diálogo com tal saber a fim de construir um processo de descolonização do pensamento.

É preciso, portanto, substituir a dicotomia sujeito-objeto pela relação sujeito-sujeito, onde a cooperação entre os agentes possa produzir novas formas de conhecimento. É dos grupos sociais marginalizados que pode sair as respostas para superar essa marginalização. Portanto, é preciso valorizar as respostas que surgem dos grupos de indígenas, camponeses e afrodescendentes etc.

Neste processo, a “Investigación-Acción-Participativa” (IAP) tem um papel central ao abordar a pesquisa como uma “práxis de ciência popular” que produz o conhecimento junto com os sujeitos.

Casos exitosos como os vivenciados no México, na Argentina, em Cuba, na Colômbia etc. mostram que é possível um outro desenvolvimento a partir da perspectiva dos atores, em um processo de descolonização das mentes e das práticas cotidianas.

## **REFERÊNCIA**

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 144 p.

Recebido em 20/07/2020. Aceito para publicação em 03/11/2020.
--